

XXV ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - XXV ENANCIB

GT 1 – Estudos Históricos e Epistemológicos da Ciência da Informação

FILOSOFIA E ÉTICA INFORMACIONAL NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: UMA LEITURA HERMENÊUTICA DOS DILEMAS DAS REDES DIGITAIS

PHILOSOPHY AND INFORMATIONAL ETHICS IN INFORMATION SCIENCE: A HERMENEUTIC READING OF THE DILEMMAS OF DIGITAL NETWORKS

Aline Laureano Suave – Instituto de Informação para Inovação (i2i)
Rogério Aparecido Sá Ramalho – Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: a Filosofia e a Ética Informacional constituem campos de reflexão fundamentais para compreender as implicações sociais, políticas e morais decorrentes da produção, disseminação e uso da informação na sociedade contemporânea. Ao longo dos últimos anos, os ambientes digitais têm se configurado como novos espaços normativos e apresentam diferentes dimensões éticas que influenciam comportamentos, decisões e visibilidades. O presente trabalho tem como objetivo investigar criticamente, à luz da produção científica recente (2020–2024), os principais dilemas éticos informacionais debatidos na Ciência da Informação, empregando a análise hermenêutica como abordagem metodológica. Para tanto, adotou-se uma abordagem qualitativa, com análise hermenêutica de um corpus composto por artigos selecionados em bases especializadas, utilizando descritores como ética informacional, regulação algorítmica e justiça informacional. A interpretação dos textos foi fundamentada em referenciais filosóficos que permitiram extrair sentidos, contradições e pressupostos éticos presentes na literatura. A análise identificou quatro núcleos temáticos predominantes: arquitetura digital e regulação, privacidade e vigilância, justiça informacional e exclusão digital, e responsabilidade ética nas redes. Os resultados indicam que a ética informacional vai além de uma normatividade técnica, constituindo-se como um campo de disputas simbólicas e políticas. Evidencia-se, assim, a necessidade de fortalecer o diálogo entre teoria crítica, prática profissional e formação ética, de modo a enfrentar os desafios impostos pelas infraestruturas digitais e promover uma infosfera mais justa e plural.

Palavras-chave: ética informacional; tecnologia digital; Ciência da Informação.

Abstract: Philosophy and Informational Ethics are fundamental fields of reflection for understanding the social, political, and moral implications arising from the production, dissemination, and use of information in contemporary society. In recent years, digital environments have emerged as new normative spaces, presenting diverse ethical dimensions that influence behaviors, decisions, and visibility. This study aims to critically investigate, in light of recent scientific production (2020–2024), the main informational ethical dilemmas debated within the field of Information Science, employing hermeneutic analysis as the methodological approach. A qualitative strategy was adopted, based on the hermeneutic analysis of a corpus composed of articles selected from specialized databases, using descriptors such as informational ethics, algorithmic regulation, and informational justice. The interpretation of the texts was grounded in philosophical frameworks that enabled the identification of meanings, contradictions, and ethical assumptions present in the literature. The analysis revealed

four predominant thematic clusters: digital architecture and regulation; privacy and surveillance; informational justice and digital exclusion; and ethical responsibility in networks. The results indicate that informational ethics goes beyond technical normativity, constituting a field of symbolic and political disputes. This highlights the need to strengthen the dialogue between critical theory, professional practice, and ethical education to address the challenges imposed by digital infrastructures and to promote a fairer and more plural infosphere.

Keywords: informational ethics; digital technologies; Information Science.

1 INTRODUÇÃO

Vivemos em uma era na qual a informação tornou-se o principal veículo de organização da vida social, econômica, política e subjetiva. A sociedade em rede (Castells, 2009) deslocou a base da ação para os ambientes digitais, onde os fluxos informacionais organizam práticas, valores e relações de poder. Neste contexto, emergem de forma crescente os problemas éticos informacionais, os quais não podem ser compreendidos apenas pela neutralidade técnica ou da normatividade jurídica. Como alerta Luciano Floridi (2013), a ética da informação é hoje uma necessidade ontológica, pois o ser humano, ao tornar-se um agente moral informacional, participa de uma infosfera na qual suas ações afetam e são afetadas por sistemas técnico-informacionais.

O presente trabalho tem como objetivo investigar criticamente, à luz da produção científica recente (2020–2024), os principais dilemas éticos informacionais discutidos na Ciência da Informação, utilizando como abordagem metodológica a análise hermenêutica. A fundamentação teórica deste estudo articula os referenciais de Lawrence Lessig (2006), Luciano Floridi (2013) e Hannah Arendt (2010), que permitem compreender os desafios éticos atuais sob perspectivas regulatórias, ontológicas e políticas.

O problema central da pesquisa reside na constatação de que as redes digitais, longe de serem estruturas neutras, constituem verdadeiros dispositivos de poder e controle simbólico, cuja arquitetura molda possibilidades de ação, visibilidade e reconhecimento. Como afirma Lessig (2006), “o código é a lei”, isto é, os sistemas informacionais determinam comportamentos e decisões, influenciando diretamente a autonomia dos sujeitos. Quando essas arquiteturas operam sem transparência e sem responsabilização democrática, configuram-se riscos éticos profundos, como vigilância em massa, manipulação algorítmica e a erosão da privacidade.

A escolha do recorte temporal (2020–2024) justifica-se pela necessidade de compreender os debates éticos mais recentes, atravessados por fenômenos contemporâneos

como: a expansão das plataformas digitais durante a pandemia da Covid-19, o avanço das inteligências artificiais generativas, e a radicalização dos conflitos informacionais nas redes sociais. Esses acontecimentos desafiam os marcos teóricos consolidados e exigem análises atualizadas, comprometidas com a pluralidade, a justiça e a responsabilidade ética.

A análise hermenêutica, fundamentada em Gadamer (1999) e Ricoeur (1983), constitui o diferencial metodológico deste trabalho. Mais do que descrever a literatura, buscou-se compreender os sentidos subjacentes aos discursos científicos, explorando contradições, ambiguidades e disputas simbólicas. A hermenêutica, entendida como círculo interpretativo entre texto e contexto, permite evidenciar valores, pressupostos e finalidades éticas que sustentam a produção acadêmica sobre informação, favorecendo uma leitura crítica e engajada.

Ao longo deste trabalho, serão discutidos os principais achados da literatura recente sobre ética informacional, com atenção especial para os seguintes eixos: (a) arquitetura informacional e controle; (b) privacidade, transparência e regulação; (c) justiça informacional e exclusão digital; e (d) responsabilidade moral em ambientes mediados por tecnologia. A intersecção entre Ciência da Informação, Filosofia da Informação e Filosofia Política será o fio condutor da análise, buscando contribuir para o fortalecimento epistemológico da ética informacional como campo teórico e prático.

A relevância desta pesquisa está em oferecer um marco conceitual robusto para compreender os dilemas éticos das redes digitais contemporâneas, articulando teoria e prática em uma abordagem crítica. Ao problematizar os fundamentos éticos do ecossistema informacional, o artigo pretende não apenas descrever desafios, mas também fomentar uma atitude reflexiva, crítica e comprometida com a construção de uma infosfera mais justa, plural e responsável.

2 DESENVOLVIMENTO

A ética informacional consolidou-se, ao longo da última década, como um eixo teórico emergente e transversal no campo da Ciência da Informação. A crescente mediatização da vida e a centralidade dos dados nas estruturas sociais, políticas e econômicas fomentaram o interesse por investigações que questionem as bases morais da produção, circulação e uso da informação. Entre os anos de 2020 e 2024, esse campo passou a incorporar, com maior densidade, os debates sobre vigilância, privacidade, inteligência artificial, justiça

informacional e regulação algorítmica, com diálogo direto com as transformações do ambiente digital.

A análise da literatura recente revela que há, principalmente, três abordagens predominantes nos estudos sobre ética informacional: (a) uma abordagem normativa e prescritiva, focada em códigos de conduta e boas práticas; (b) uma abordagem crítica que problematiza as estruturas de poder nos sistemas informacionais; e (c) uma abordagem hermenêutica e filosófica, que busca compreender a ética como cenário de sentido na ação informacional.

2.1 Contribuições da Ciência da Informação

A Ciência da Informação tem contribuído de forma significativa para o aprofundamento dos debates sobre ética informacional, especialmente no que se refere à mediação da informação, à justiça informacional e aos impactos da tecnologia sobre práticas sociais. Uma das vozes mais influentes nesse campo é a de Maria Nélide González de Gómez (2003), que propõe deslocar a ética informacional de uma perspectiva normativa e abstrata para uma abordagem crítica e epistemologicamente engajada. A autora defende que a informação deve ser compreendida como prática social mediada por valores, disputas e assimetrias.

Essa visão crítica tem inspirado diversos estudos voltados à formação de sujeitos informacionalmente competentes e eticamente engajados. Menezes e Vitorino (2014) defendem que a competência em informação deve integrar habilidades técnicas com a consciência ética e política, especialmente em contextos de vulnerabilidade. Segundo as autoras, promover a mediação da informação com base na justiça, na alteridade e no bem comum é essencial para a construção de ambientes inclusivos e pluralistas.

Complementarmente, Vitorino e Piantola (2019) argumentam que a competência crítica em informação é um componente estratégico da formação profissional na área, devendo ser orientada por princípios como equidade, responsabilidade social e respeito à diversidade informacional. Essa abordagem valoriza a autonomia dos sujeitos e a capacidade de agir eticamente diante dos fluxos informacionais mediados por tecnologias.

Por fim, Bezerra (2024) enfatiza que a chamada “miséria da informação” se manifesta não apenas na exclusão digital, mas também na produção e circulação de conteúdos que reforçam desigualdades sociais e epistêmicas. O autor destaca que a ética da informação,

nesse cenário, deve assumir um papel transformador, problematizando os sistemas que invisibilizam sujeitos e limitam o acesso a formas legítimas de expressão e participação. Deste modo, essa discussão será retomada nos resultados, em diálogo com os artigos selecionados.

2.2 Diálogos com a Filosofia da Informação e a Ética Aplicada

A obra de Rafael Capurro permanece como uma referência fundamental para pensar uma ética da informação com sensibilidade intercultural. Para o autor, é essencial reconhecer que os valores informacionais não são universais, mas situados historicamente. Em *Intercultural Information Ethics*, Capurro (2007) propõe uma ética que leve em conta os diferentes modos de vida informacionais, rejeitando modelos éticos predominantes. Essa proposta dialoga com o ideal arendtiano de pluralidade e com as críticas de Byung-Chul Han (2017) à homogeneização digital da subjetividade.

Luciano Floridi (2013), por sua vez, inaugura um campo teórico robusto com sua Filosofia da Informação, ao propor que a ética não deve apenas regular os efeitos da informação, mas também considerar o ser humano como um “agente moral informacional”. Para Floridi, “os agentes morais informacionais devem agir de forma a preservar e enriquecer a infosfera como um todo” (Floridi, 2013, p. 9). Essa abordagem torna-se particularmente relevante em tempos de automação algorítmica, quando a ação humana é cada vez mais mediada por sistemas informacionais nebulosos e potencialmente danosos à integridade da infosfera.

Floridi também introduz o conceito de “macroética da informação”, defendendo que a ética deve extrapolar o nível micro (interações individuais) para considerar as estruturas sistêmicas da sociedade da informação. Essa postura aproxima-se da crítica de Hannah Arendt (2010) à banalidade do mal, pois ambas apontam para a perda do juízo ético em contextos de ação automatizada e anonimizada. As contribuições discutidas nesta subseção serão retomadas na análise dos artigos, para examinar como esses referenciais são mobilizados na literatura recente.

2.3 Desafios éticos contemporâneos: privacidade, exclusão e controle

A produção científica recente também tem enfatizado três grandes eixos problemáticos: a erosão da privacidade, a exclusão informacional e o controle algorítmico. A partir da perspectiva de Shoshana Zuboff (2019), compreende-se que o capitalismo

contemporâneo se reconfigura em torno da extração de dados pessoais, prática que ela denomina de “capitalismo de vigilância”. Para a autora, “os dados comportamentais são transformados em produtos preditivos vendidos a mercados de futuros comportamentais”, o que configura uma nova forma de dominação invisível (Zuboff, 2019, p. 20).

Judith Butler (2015), por sua vez, alerta para os efeitos da precarização informacional sobre os sujeitos historicamente marginalizados. Sua teoria da performatividade e da vulnerabilidade revela que certos corpos são mais expostos à violência simbólica e à exclusão discursiva nas redes. Isso propõe aos pesquisadores em Ciência da Informação a questionar: quem está autorizado a falar? Quem tem sua identidade reconhecida como legítima? Quais formas de vida são informacionalmente protegidas, e quais são descartadas?

A partir de uma perspectiva crítica, estudiosos da Ciência da Informação têm buscado atualizar o conceito de competência em informação ao contexto digital contemporâneo. Bezerra, Schneider e Saldanha (2021) propõem o conceito de “competência crítica em informação”, fundamentado nos princípios da pedagogia freiriana, com foco na formação emancipatória dos sujeitos e na compreensão das estruturas de poder que moldam o acesso, a produção e a circulação da informação. Essa abordagem amplia a competência técnica tradicional, incorporando uma dimensão ética e política essencial para lidar com os desafios informacionais da atualidade. Deste modo, essa discussão será retomada nos resultados, em diálogo com os artigos selecionados.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho adotou uma abordagem qualitativa de natureza teórico-conceitual, orientada pela análise hermenêutica da literatura acadêmica produzida entre os anos de 2020 e 2024 no campo da Ciência da Informação. A metodologia foi estruturada para permitir não apenas o levantamento de conteúdos relevantes sobre ética informacional, mas, sobretudo, a interpretação crítica dos sentidos, contradições e posicionamentos ético-epistemológicos presentes na produção científica da área.

3.1 Etapas da Revisão Crítica da Literatura

A revisão da literatura foi conduzida em bases de dados Brapci (Base de Dados em Ciência da Informação) e foram utilizados os seguintes descritores e palavras-chave: “ética da informação”; “responsabilidade ética”; “justiça informacional”.

Os critérios de inclusão adotados na seleção do *corpus* foram:

(a) publicações em revistas veiculadas entre os anos de 2020 e 2024;

(b) presença de pelo menos um dos seguintes descritores no campo de palavras-chave: “ética da informação”; “responsabilidade ética”; e “justiça informacional”. A aplicação desses filtros resultou na recuperação inicial de 20 artigos.

A etapa inicial de triagem foi realizada com base na leitura dos títulos, resumos e palavras-chave dos artigos com o objetivo de verificar a aderência dos textos à temática da pesquisa. Nessa etapa, foram excluídos dois artigos que, embora incluídos nos resultados iniciais, não apresentavam alinhamento com os objetivos do trabalho. O corpus final, composto por 18 artigos, os quais serviram de base para a análise hermenêutica desenvolvida ao longo do trabalho.

3.2 Fundamentação hermenêutica

A interpretação dos textos foi orientada por uma abordagem hermenêutica fundamentada em Hans-Georg Gadamer (1999) e Paul Ricoeur (1983), que concebem a hermenêutica como um processo de junção de horizontes entre o intérprete e o texto. Segundo Gadamer, compreender um texto não é apenas decifrar sua literalidade, mas abrir-se à sua historicidade, considerando os contextos de produção e os sentidos implícitos que nele habitam: “O verdadeiro entendimento não é simplesmente reproduzir o que está dito, mas compreender o não-dito por meio do dito” (Gadamer, 1999, p. 370).

Em essência, a hermenêutica busca compreender os sentidos implícitos em textos e discursos, levando em conta os contextos históricos, culturais e subjetivos em que são produzidos e interpretados. Diferente de métodos puramente descritivos, a análise hermenêutica parte do princípio de que todo texto carrega valores, pressupostos e intenções, e que sua interpretação depende da interação entre o leitor (intérprete) e o material analisado. O processo não busca apenas “o que o texto diz”, mas o que ele quer dizer, considerando suas camadas de significado, contradições e silêncios.

Etapas da análise hermenêutica aplicada neste estudo

Para garantir rigor e sistematização, a análise dos artigos selecionados foi realizada em quatro etapas interligadas, conforme descrito a seguir:

1. **Pré-compreensão e imersão inicial**

Início da leitura dos textos com base nos conhecimentos prévios sobre ética informacional, redes digitais e ciência da informação. Essa etapa inicial permitiu identificar temas recorrentes, conceitos-chave e hipóteses implícitas na literatura.

2. **Leitura interpretativa**

Em um segundo momento, foi realizada uma leitura aprofundada dos artigos, procurando entender não apenas o conteúdo literal, mas os sentidos subjacentes: como os autores conceituam ética, de que modo abordam temas como regulação, justiça, privacidade e mediação informacional.

3. **Movimento do círculo hermenêutico**

A análise seguiu o chamado “círculo hermenêutico”, ou seja, um vai-e-volta entre partes e totalidade. Cada artigo foi lido várias vezes, considerando como seus fragmentos dialogavam com o conjunto da obra, e como os textos, entre si, compunham um panorama maior do debate ético na área.

4. **Síntese reflexiva**

Ao final, as interpretações construídas foram confrontadas criticamente com os referenciais teóricos adotados no estudo. Essa etapa permitiu identificar os principais sentidos atribuídos à ética informacional na literatura recente e refletir sobre suas implicações para a pesquisa e a prática em Ciência da Informação.

Essa metodologia possibilitou compreender a produção científica analisada como expressão de debates mais amplos sobre justiça, responsabilidade, regulação e subjetividade na sociedade informacional, permitindo ao estudo posicionar-se de forma crítica e engajada frente aos desafios éticos contemporâneos na Ciência da Informação.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com base no processo de seleção descrito na seção metodológica, foram identificados 18 artigos que compõem o *corpus* final da pesquisa. Esses trabalhos foram publicados entre os anos de 2020 e 2024 e contemplam diferentes abordagens sobre a ética informacional no contexto da Ciência da Informação, com ênfase em temas como responsabilidade, justiça informacional e tecnologias digitais. Abaixo, segue o quadro com os dados bibliográficos dos

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

artigos analisados, incluindo título, autores, ano de publicação e periódico de origem, com o objetivo de oferecer uma visão geral do material interpretado à luz da análise hermenêutica.

Quadro 1 – Artigos selecionados para análise hermenêutica (2020–2024)

Título	Autores	Ano	Revista
Admirável mundo novo da ética da informação 2.0 em tempos de fakenews	Maria das Graças Targino; Anderson Victor Barbosa Cavalcante	2020	Informação em Pauta
Ética na produção (im)parcial dos registros em saúde: os documentos historicamente autênticos	Jefferson Higino da Silva; Rayan Aramis de Brito Feitoza; Josemar Elias da Silva Junior; Ana Cláudia Cruz Córdula	2020	Revista Fontes Documentais
Pele negra, algoritmos brancos: informação e racismo nas redes sociotécnicas	Arthur Coelho Bezerra; Camila Mattos da Costa	2022	Liinc em revista
Ciência da Informação e privacy by design: aspectos éticos e possibilidades de pesquisa	Jonas Ferrigolo Melo; Moises Rockembach; Armando Malheiro da Silva	2023	Logeion: filosofia da informação
Caminhos algorítmicos: plataformas digitais de controle	Jackson da Silva Medeiros	2020	Revista P2P e INOVAÇÃO
Uma reflexão filosófica-interdisciplinar sobre ética da informação	Gabriel Fefin Machado; Juliana Moroni	2024	Logeion: filosofia da informação
Ética da informação e os desvios do contrato social	Camila Costa; Aureste Lima; Arthur Bezerra	2024	Páginas A&B, Arquivos e Bibliotecas (Portugal)
Epistemografia interativa no campo da Ciência da Informação	Vinícius Cabral Accioly Bezerra; Diego Andres Salcedo	2022	Páginas A&B, Arquivos e Bibliotecas (Portugal)
O arco teleológico da ética da desinformação: dos pomadistas de Machado de Assis aos negacionistas da pandemia	Arthur Coelho Bezerra; Marco André Feldman Schneider; Rafael Capurro	2022	Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde
Questões éticas em tratamento temático da informação e o impacto sobre a acessibilidade informacional	Daniela Francescutti Martins Hott; Lais Pereira de Oliveira	2021	Logeion: filosofia da informação
Ética na produção e compartilhamento da informação: tensões a partir de uma perspectiva teórica	Mayara Wasty Nascimento de Farias	2022	Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação
Do 11/9 à Covid-19: a vigilância de estado na perspectiva da ética intercultural da informação	Arthur Coelho Bezerra	2020	Informação & Informação
O código de ética e deontologia do bibliotecário: reflexões freirianias a respeito de elementos sociolaborais	Antonio Luiz Mattos de Souza Cardoso ; Marcelo Calderari Miguel; Philippe Peterle Modolo	2022	RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação
A ética na representação temática da informação	Sandra Regina Moitinho Lage	2024	Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

Projeto Comprova: informação, ética e responsabilidade social na sociedade em rede	Maytê Luanna Dias de Melo; Sérgio Rodrigues de Santana	2022	Informação em Pauta
Projeto comprova	Maytê Luanna Dias de Melo; Sérgio Rodrigues Santana	2022	Informação em Pauta
Indicadores para a avaliação da competência em informação: possibilidades para políticas públicas, com foco na justiça informacional	Elizete Vieira Vitorino; Andréia Letícia Johann	2023	Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação
Justiça informacional em ciência, tecnologia e inovação no Brasil: reflexões e ações necessárias em Ciência da Informação	Priscila Machado Borges Sena	2023	Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação

Fonte: Elaborado pelo(a) autor(a), 2025.

A análise hermenêutica dos 18 textos selecionados permitiu aprofundar a reflexão dentro dos quatro grandes núcleos temáticos que estruturam o debate contemporâneo sobre ética informacional na Ciência da Informação: (a) a arquitetura digital como forma de regulação; (b) os dilemas da privacidade e da vigilância; (c) as disputas em torno da justiça informacional; e (d) o esvaziamento ético da ação política em redes. A seguir, discute-se cada eixo à luz dos autores centrais do trabalho e da literatura analisada.

4.1 A arquitetura do código como questão ética

Um dos eixos mais recorrentes na literatura analisada refere-se à compreensão da infraestrutura digital como instância normativa. Essa perspectiva está profundamente ancorada no pensamento de Lawrence Lessig, para quem “o código é a lei” (2006, p. 6). A leitura dos textos revelou que os sistemas de informação algoritmos, plataformas, protocolos de segurança e design de interfaces, operam como mecanismos de regulação que afetam o comportamento, o acesso e a autonomia dos usuários.

Diversos estudos exploram como escolhas técnicas aparentemente neutras, como o ordenamento de resultados de busca ou os critérios de moderação em redes sociais, carregam decisões políticas. A literatura recente destaca que “a arquitetura informacional, ao estruturar fluxos, acessos e visibilidades, atua como um dispositivo normativo que pode tanto ampliar quanto restringir possibilidades de justiça informacional no ambiente digital” (Machado; Palácio, 2022, p. 21). Essa constatação reforça a ideia de que os profissionais da informação devem ser preparados para atuar criticamente na concepção e mediação de sistemas, conscientes de seus efeitos normativos.

Lessig oferece ferramentas conceituais importantes para compreender o modo como o controle se dá “por design” invisível, porém eficaz. Ao naturalizarmos o código como dado técnico, despolitizamos suas consequências. Trata-se, portanto, de uma forma de poder que escapa à deliberação pública, e que exige uma ética capaz de restituir a responsabilidade na produção de infraestruturas informacionais.

4.2 Privacidade, vigilância e erosão da autonomia

Outro tema amplamente debatido na literatura recente diz respeito à erosão da privacidade e ao avanço da vigilância algorítmica. Influenciados pelos estudos de Zuboff (2019), diversos artigos analisam o modo como a coleta massiva de dados pessoais e o monitoramento de comportamentos operam como formas de dominação informacional. A ética informacional, nesse contexto, é convocada a lidar com novas formas de violência simbólica: o rastreamento constante, a nebulosidade decisória e a manipulação preditiva.

Sob a lente de Luciano Floridi, esse cenário revela uma crise na infosfera: os sujeitos deixam de ser apenas emissores e receptores de informação, tornando-se também produtos informacionais. Como afirma o autor, “a ética da informação lida com agentes informacionais interativos capazes de afetar a infosfera” (Floridi, 2013, p. 9). Assim, a violação da privacidade é mais do que uma infração técnica, é uma desfiguração ontológica do ser humano como agente moral.

A literatura nacional destaca ainda a fragilidade da regulação jurídica frente à lógica das plataformas. Menezes e Vitorino (2014) enfatizam que a competência informacional precisa estar alicerçada em uma dimensão ética, voltada à formação crítica do sujeito informacional, o que inclui a proteção da privacidade, o reconhecimento da alteridade e o compromisso com o bem comum. Essa perspectiva aponta para a necessidade de pensar a privacidade como bem comum, a ser garantido por design, e não apenas por contratos individuais. A regulação das plataformas digitais, deve ir além do cumprimento de normas jurídicas, incorporando também princípios éticos que assegurem justiça, pluralidade e inclusão no acesso e uso da informação.

4.3 Justiça informacional e exclusão digital

A justiça informacional emergiu como categoria analítica em diversos trabalhos que discutem os efeitos da exclusão digital, da desinformação e das desigualdades no acesso e no

uso da informação. Inspirada por Maria Nélide González de Gómez (2003) e Rafael Capurro (2007), essa vertente enfatiza a pluralidade cultural, a mediação situada e a ética da diferença como fundamentos de uma prática informacional comprometida com a equidade.

A literatura recente aponta que os ambientes digitais tendem a reproduzir desigualdades estruturais, inclusive nas práticas informacionais acadêmicas, educativas e governamentais. A ausência de acessibilidade, a prevalência de conteúdos em línguas dominantes e os filtros algorítmicos criam barreiras invisíveis à participação plena de todos os grupos sociais. Como sintetiza Capurro (2007, p. 27), “a ética intercultural da informação deve considerar as diferentes formas de vida informacionais e seus valores plurais”.

Essa abordagem ecoa com as contribuições de Judith Butler (2015), ao pensar a precarização simbólica como exclusão informacional. O reconhecimento, a escuta e a legitimidade são, assim, também questões éticas. Uma ética informacional comprometida com a justiça deve ser capaz de enfrentar o desafio da alteridade, garantindo que todas as vozes possam participar da esfera pública digital.

4.4 A ação política e o juízo ético nas redes

Um dos achados mais instigantes da análise diz respeito ao esvaziamento ético da ação política em contextos digitais. Inspirando-se em Hannah Arendt, alguns estudos denunciam como a lógica da performance algorítmica, baseada em curtidas, engajamento e visibilidade, substitui a ação política autêntica por comportamentos automatizados e reativos.

A ação é um dos elementos centrais da condição humana. Representa a capacidade humana de agir e se engajar em atividades políticas e públicas, com o objetivo de criar uma comunidade e alcançar a liberdade e a autenticidade.

No pensamento de Hannah Arendt, a política não pode ser equiparada a domínio ou a violência, mas ação em comunidade, ação em conjunto, sendo reflexo da condição do homem; política é o espaço criado entre os homens para destacar a ação do homem no mundo, no momento que atuam diante dos demais pelo discurso. Segundo o livro *A condição humana*, aceitar que a política não disponha de um sentido equivaleria negar significado à nossa própria existência, isto é, de que somos livres quando podemos agir no mundo, quando podemos criar um mundo ao agirmos no mundo.

Assim, os jovens, quando adultos, munidos dos conhecimentos produzidos pelas antigas gerações poderão participar do domínio político e conquistar autonomia ao apresentarem suas opiniões e pontos de vista, tornando-se cidadãos plenos e responsáveis por si e pelo mundo público. Em Arendt podemos compreender o recém-chegado de duas maneiras: como criança e como jovem, que está se preparando para o mundo, e como adulto, que a cada nova ação confirma seu nascimento (aparecimento físico) no mundo. A ação para Arendt (2010, p. 221-222) significa:

Agir, em seu sentido mais geral, significa tomar iniciativa, iniciar [...]. Por constituírem um *initium*, por serem recém-chegados e iniciadores em virtude do fato de terem nascido, os homens tomam iniciativas, são impelidos a agir [...] não é o início de algo, mas de alguém que é, ele próprio, um iniciador. Com a criação do homem, veio ao mundo o próprio princípio do começar, e isso, naturalmente, é apenas outra maneira de dizer que o princípio da liberdade foi criado quando o homem foi criado, mas não antes.

Arendt nos chama atenção para “a condição mais geral da existência humana: o nascimento e a morte, a natalidade e a mortalidade” (Arendt, 2010, p. 10). Deste modo, a ação é moldada pela singularidade do indivíduo, onde cada um pode expressar sua personalidade única, seus valores e suas ideias, sendo de um caráter público, ocorrendo na esfera compartilhada da vida política e social.

Para Arendt (2010), a ação política exige um espaço de revelação mútua, onde os sujeitos possam aparecer e se comprometer com a pluralidade. No entanto, como analisam autores como Han (2017) e Zuboff (2019), as redes digitais tendem a criar bolhas de filtro e automatismos retóricos que reduzem a esfera pública a um palco de repetição e silenciamento. Como alerta Arendt, “a essência da ação humana é estar com os outros no modo de revelação mútua” (2010, p. 180), e isso só é possível em espaços informacionais que valorizem a alteridade, o juízo ético e a responsabilidade.

A leitura crítica da literatura revela, portanto, que a ética informacional precisa ser mais do que uma normatividade aplicada: ela deve ser compreendida como campo de disputas morais, políticas e epistemológicas. Ao articular os referenciais de Lessig, Floridi e Arendt, é possível propor uma resignificação da ética informacional, não como um conjunto de regras, mas como um exercício contínuo de reflexão, compromisso e cuidado com o outro.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

O presente trabalho buscou analisar criticamente os principais dilemas éticos informacionais discutidos na produção científica da Ciência da Informação entre 2020 e 2024, à luz das contribuições teóricas de Lawrence Lessig, Luciano Floridi e Hannah Arendt. Através de uma abordagem hermenêutica, identificou-se que a ética informacional contemporânea deve lidar com questões que transcendem a técnica e o normativo, inserindo-se no campo da política, da ontologia e da justiça.

A análise revelou que a arquitetura informacional das redes digitais não é neutra: ela constitui um ambiente normativo que molda ações e silencia sujeitos. A partir da perspectiva de Lessig, compreendemos como o design do código opera como forma de regulação, exigindo reflexão ética sobre a responsabilidade de quem o cria e mantém. Por meio de Floridi, observamos a transformação do ser humano em agente moral informacional, imerso em uma infosfera em constante mutação, onde decisões algorítmicas afetam diretamente a dignidade e a autonomia. E com Arendt, resgatamos a centralidade do juízo ético e da pluralidade na ação política, alertando para os riscos da banalização da ação nas redes sociais.

A literatura analisada evidencia também lacunas importantes: muitas abordagens ainda permanecem normativas, sem considerar as implicações epistêmicas e políticas das práticas informacionais; há escassez de estudos que articulem teoria crítica com análise empírica; e a dimensão formativa da ética informacional no ensino e na atuação profissional ainda carece de aprofundamento.

Como contribuições principais, o trabalho propõe uma leitura ampliada da ética informacional como campo de disputas morais, políticas e epistemológicas; ressalta a importância da análise hermenêutica para revelar sentidos e silêncios nos discursos acadêmicos sobre ética e, aponta a importância de formar profissionais da informação comprometidos com os valores da justiça, da pluralidade e da responsabilidade.

Entre as limitações, identificou-se o fato de que a análise se concentrou apenas em publicações acadêmicas indexadas, o que exclui produções relevantes de caráter técnico, governamental ou ativista. Além disso, não foram incluídas análises empíricas de plataformas específicas, o que poderia enriquecer a compreensão dos dilemas éticos em contextos concretos. Para pesquisas futuras, sugere-se ampliar o conhecimento sobre ética informacional, de modo a favorecer mudanças concretas em práticas e políticas da área.

No cenário atual, marcado pela ampliação das desigualdades informacionais e pelo fortalecimento de mecanismos de controle digital, impõe-se a tarefa de reconectar a ética à

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

prática profissional, à pesquisa crítica e à ação política. A ética informacional não pode ser um apêndice, mas sim um eixo estruturante da Ciência da Informação contemporânea. Como aponta Capurro (2003), “a ética da informação deve ser pensada a partir da vida, dos conflitos e da pluralidade dos mundos informacionais”.

REFERÊNCIAS

ARENDDT, Hannah. **A condição humana**. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

BEZERRA, Arthur Coelho. **Miséria da informação: dilemas éticos da era digital**. Rio de Janeiro: Garamond, 2024.

BEZERRA, Arthur Coelho; SCHNEIDER, Marco André Feldman; SALDANHA, Gustavo. Competência crítica em informação. **Informação & Sociedade: estudos**, João Pessoa, v. 29, n. 3, 2019. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/147938>. Acesso em: 18 maio 2025.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CAPURRO, Rafael. Intercultural information ethics. *In*: CAPURRO, Rafael; FRÜHBAUER, Johannes; HAUSMANNING, Thomas (ed.). **Localizing the internet: ethical issues in intercultural perspective**. Munich: Fink, 2007. p. 21–38.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 9. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

FLORIDI, Luciano. **The ethics of information**. Oxford: Oxford University Press, 2013.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e método**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. Reflexões sobre ética da informação. *In*: CAPURRO, Rafael; GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide (org.). **Ética da informação**. Brasília: UnB, 2003. p. 19–44.

HAN, Byung-Chul. **Psicopolítica: neoliberalismo e as novas técnicas de poder**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

MACHADO, Eliane R.; PALÁCIO, Maria C. Arquiteturas informacionais e seus impactos na justiça informacional. **Transinformação**, v. 34, p. e210070, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tinf/a/4Z3V6QJp8bXf5qkWQ3W6j3k/?lang=pt>. Acesso em: 18 maio 2025.

MENEZES, Priscila Lopes; VITORINO, Elizete Vieira. A competência informacional fundamentada na dimensão ética. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 86–107,

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

maio/ago. 2014. Disponível em:

<https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/46044>. Acesso em: 18 maio 2025.

VITORINO, Elizete Vieira; PIANTOLA, Daniela. **Competência em informação**: conceito, contexto histórico e olhares para a Ciência da Informação. Florianópolis: Editora da UFSC, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/212553>. Acesso em: 18 maio 2025.

ZUBOFF, Shoshana. **A era do capitalismo de vigilância**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2019.